

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 24 de maio de 2023

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro da Saúde sobre a falta de meios no SNS e no INEM, no Algarve e em várias regiões do país

“Todos os meios clínicos e técnicos foram colocados à disposição”. Esta afirmação provém de fonte do Ministério da Saúde e é feita em reação ao óbito de uma criança, tragédia que lamentamos profundamente, ocorrido em Portimão no passado dia 19 de maio.

A afirmação contrasta claramente com o que se passou nesse dia no Algarve, pelo que se exige esclarecimento e responsabilização por tudo o que sucedeu. É público que a ambulância de transporte inter-hospitalar pediátrico de Portimão estava inoperacional por falta de médico especialista e que a pediatria do hospital de Faro se encontrava encerrada. É público que se tentou ativar a ambulância de transporte inter-hospitalar pediátrica de Lisboa e que, encontrando-se essa ocupada, se optou pela ativação do helicóptero de Loulé que não dispõe de equipa especializada.

Tudo isso é relatado, aliás, em comunicado do INEM à imprensa, onde se lê: “encontrando-se o hospital de Faro sem pediatria e com a Ambulância de Transporte Inter-Hospitalar pediátrico (TIP) inoperacional por falta de médico do hospital, e a TIP Lisboa ocupada noutra missão de emergência médica, o INEM iniciou depois os procedimentos necessários com vista ao acionamento do helicóptero do Algarve”.

É, por isso, evidente que ao invés de terem sido colocados todos os meios à disposição, o que se verificou foi uma consecutiva falta de meios: uma ambulância inoperacional por falta de médico e a não ativação de um outro médico (porquê? Não existia mais nenhum profissional disponível para tornar a ambulância operacional?), um outro hospital sem pediatria por falta de profissionais, uma segunda TIP ocupada e em Lisboa, um helicóptero sem equipa especializada.

A falta de meios, nomeadamente em pediatria, é uma recorrência, assim como é a falta de meios no INEM.

Apenas alguns casos recentes: em fevereiro de 2022 a urgência pediátrica do hospital de Faro esteve encerrada durante 3 dias por falta de médicos, em agosto desse ano voltou a encerrar 3 dias pelas mesmas razões, em setembro era a vez da urgência de Portimão encerrar por não ter clínicos suficientes. Um ano antes vários médicos do CHUA disseram, em carta aberta à administração, que a situação da urgência pediátrica de Faro era de uma “alarmante situação de falência”, o que se tem traduzido em sucessivos encerramentos ao longo dos últimos meses.

No INEM a situação não é melhor. Por exemplo, segundo Plano de Atividades 2022 deste Instituto, em 2021 estavam previstos 1908 trabalhadores, mas só foram ocupados 1342 lugares; em 2022, previam-se 1927 postos de trabalho, mas só 1398 foram ocupados.

Temos ouvidos nos últimos meses, quer o Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, quer o Diretor Executivo do SNS, Fernando Araújo, falar da necessidade de previsibilidade do SNS, argumento que têm usado para justificar o encerramento de urgências e outros serviços. O problema é que esta abordagem está a substituir um SNS que deveria ser universal, geral e gratuito, por um SNS previsível, mas onde a previsibilidade é a do encerramento de serviços e a inoperacionalidade de meios.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, do Ministro da Saúde sobre a falta de meios no SNS e no INEM, no Algarve e em várias regiões do país.

A Deputada do Bloco de Esquerda,
Catarina Martins